

AS CONQUISTAS DO TRABALHO EM EQUIPE

Inicialmente, peço vênia para uma explicação necessária: as poucas palavras que me permito pronunciar nesta solenidade não têm, logo se verá, a costumeira pretensão de prestar contas.

E por uma razão muito simples: todo mês, pontualmente, esta Corte prestou contas às Secretarias do Planejamento e da Fazenda e à Assembléia Legislativa, além de publicar, na imprensa oficial e nos jornais de Teresina, minucioso demonstrativo mensal, dotação por dotação, das despesas que realizou.

Aliás, é bom lembrar que o demonstrativo referente aos gastos efetuados em dezembro último e de todo o exercício de 1998 acha-se publicado nos jornais que circularam na sexta-feira passada, dia 1º.

Com igual pontualidade, foram encaminhados relatórios trimestrais e anuais à Assembléia Legislativa, como manda a Constituição estadual.

Desta forma, creio eu, está o povo piauiense a par das atividades e dos custos de manutenção desta Corte, bem assim da rigidez de seus critérios administrativos, exemplo de lisura, economicidade e transparência, que deveria ser imitado por todos aqueles que administram recursos públicos.

Há quatro anos, assumia eu a Presidência desta Corte, ao lado dos companheiros Luciano Nunes Santos na Vice-Presidência e José Odon Maia Alencar na Corregedoria Geral, esta então recentemente criada, em substituição aos Conselheiros Antonio de Barros Araújo e Sabino Paulo Alves Neto.

Posteriormente, já no segundo biênio, a Vice-Presidência passou a ser exercida pelo companheiro Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco.

É certo que aquela singela solenidade, por óbvias razões, não se realizou neste belo e amplo edifício. Edifício, por sinal, que não configura apenas um prédio, uma mera estrutura de concreto, como tantos outros que se constróem por aí afora.

Mais que isso, sintetiza um moderno complexo de recursos humanos e tecnológicos, conduzido por pessoas movidas por uma vontade férrea de acertar e de fazer o melhor para o Piauí e sua gente.

Também é certo que, embora prestigiado pelos funcionários e autoridades, não contou aquele ato com a presença da Auditoria e do Ministério Público Especial, órgãos essenciais ao eficaz e independente exercício do controle externo da gestão pública, eis que só viriam a ser instalados após a realização dos respectivos concursos públicos, ambos a cargo da conceituada Fundação Carlos Chagas.

Afinal, ressaltados os cargos de confiança, cujo número, convém registrar, permaneceu inalterado do começo ao fim, a admissão de funcionários nesses quatro anos só se processou mediante concurso público, seguindo a liturgia imposta pelas Constituições federal e estadual.

Passados todos esses anos, e tentando reconstituir os principais lances dessa trajetória, diz-me a consciência que realizamos aquilo que o engenho e a arte permitiram, dentro de nossas conhecidas e reconhecidas limitações.

Não apenas no campo material, onde o ter sinaliza o poder e, assim, tendo e querendo, tudo se torna mais fácil.

Mas, e sobretudo, no campo espiritual, onde valores outros, como a dignidade, a auto-estima, a moralidade e a ética, caracterizam uma maneira de ser e de agir e que, por isso mesmo, ao contrariar interesses dos poderosos, enfrenta incompreensões e contestações de toda sorte.

Deus me deu a suprema graça de participar desse contagiante e envolvente período de mudanças.

E de reconhecer, humildemente, que apenas começamos, que demos o primeiro passo de uma longa caminhada.

Pois, se muito foi feito, muito mais ainda está por fazer, sabido que aqui não há lugar para a estagnação nem para o retrocesso, inclusive quanto à política, que livremente elegemos, direcionada para orientar antes que punir.

Nessa caminhada, faço questão de esclarecer, sou apenas um companheiro de viagem, um parceiro de ousadias, um aprendiz de experiências, um confidente de inquietações e expectativas ou, talvez, no máximo, um aplicado intérprete de sonhos, anseios, sentimentos e vontades, tanto dos servidores desta Casa como da sociedade, os quais, não há negar, não se conformam com o faz-de-conta de seus sacrifícios, de seus labores e de suas frustrações, ante a corrupção e o desperdício, que teimam em medrar fortemente.

Julgo oportuno fazer uma confissão, com a sinceridade que me caracteriza: na minha vida pública, que já é longa por haver começado cedo, seja como dirigente estudantil, Vereador de Teresina, Deputado Estadual e Federal, Secretário de Cultura e Presidente da Assembléia Legislativa, vivenciei outros momentos de efervescentes e polêmicas transformações.

No entanto, por mais que tente visualizar o caldeirão fervente que marcou, por vezes, a minha passagem por essas experiências anteriores, nada se pode comparar ao que vi, vivi e senti nesses quatro anos.

Nunca a adesão foi tão espontânea, a empatia tão calorosa, a participação tão entusiástica, a colaboração tão leal e o trabalho tão produtivo, sejam por parte dos Senhores Conselheiros, Auditores e Procuradores, seja por parte dos diretores, técnicos e demais funcionários desta Corte.

A todos, em nome também da Socorro, o nosso reconhecimento e a nossa gratidão, por nos terem proporcionado essa convivência harmoniosa, síntese de perfeita comunhão de idéias, de esperanças e de aspirações, que constitui, a um só tempo, vitoriosas conquistas do trabalho em equipe, dignificando a figura do servidor público, defendendo o patrimônio da sociedade e fortalecendo os valores da cidadania.

Agradecemos também a colaboração, sempre pronta quanto bem-vinda, dos demais Poderes do Estado, em especial do Governador Francisco de Assis de Moraes Souza e da Assembléia Legislativa, esta na pessoa do Presidente Juraci Leite.

E com o mesmo modo de ser e de agir, esperamos que o mesmo apoio seja dispensado à gestão que hoje se inicia, dentro dos melhores propósitos, conduzida pelos Conselheiros José de Anchieta Moraes e Silva, Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco e Luciano Nunes Santos, para que possa esta Corte continuar merecendo o respeito e o reconhecimento das autoridades e do povo piauiense.

Muito obrigado.

(Pronunciamento do Cons. Jesualdo Cavalcanti ao deixar a Presidência do TCE/PI, em 04.01.99)